

O Legislativo resiste: a forte oposição a Vargas no início do Governo Constitucional (1934-1935)

Thiago Cavaliere Mourelle*

Nossa análise começa em julho de 1934, quando foi promulgada a Constituição e Vargas foi eleito presidente, pela Câmara dos Deputados criada temporariamente por meio da extensão dos mandatos dos deputados constituintes.

Insatisfeitos com a provável permanência de Vargas, grupos oposicionistas trataram de manter a batalha por meio da criação de dispositivos constitucionais que reduzissem o poder do presidente. E para isso, embora estivessem em minoria, contavam com a preocupação que os deputados governistas buscavam em agradar mais ao seu eleitorado e apadrinhados políticos do que à figura do presidente da República. Dessa forma, em fins de maio de 1934, acabou aprovada mais autonomia para os sindicatos e a anistia irrestrita [SILVA, 1969, pp. 40 a 49] para os exilados políticos.¹

Esse retorno dos exilados políticos tem importância fundamental para o fortalecimento da oposição. Cabe lembrar que os principais inimigos políticos de Vargas durante a Assembléia Nacional Constituinte estavam fora do Brasil ou de seu estado de origem – Artur Bernardes estava na Europa e o gaúcho Borges de Medeiros fora obrigado a residir no Recife, por exemplo. Se mesmo sem essas fortes figuras oposicionistas – alguns exilados já em 1930, outros após a revolta paulista, em 1932 – o presidente enfrentava problemas, a volta dos opositores traria mais dificuldades à política do governo.

O fato é que, mesmo depois de todas as medidas autoritárias do Governo no intuito de facilitar seu caminho na Constituinte, Vargas ainda assim reclamava do resultado final [PEIXOTO, 1960, pp.101 e 102], afirmando que “com a Constituição que está para ser votada, talvez seja preferível que outro governe. Não tenho dúvidas das dificuldades que vou enfrentar” [VARGAS, 1995, Vol.1, p. 302].

Faltando poucas semanas para a promulgação da Carta e para a eleição presidencial indireta, Vargas ainda reclamaria da aprovação na Assembléia – graças aos esforços dos paulistas – de uma lei que proibia o governo de criar novos decretos-leis tão logo fosse

* Doutorando. Programa de Pós-Graduação em História – UFF.

¹ Votações que ocorreram, respectivamente, em 26 e 27 de maio de 1934.

aprovada a nova Constituição [VARGAS, 1995, Vol. 1, p. 299]. Em decorrência disso, o presidente foi obrigado a assinar, às pressas, centenas de decretos antes da promulgação da Carta. O Ministro da Justiça chegou a ir até a Assembléia para protestar, dizendo que tal restrição impedia o governo de “agir diante de algum imprevisto que porventura ameaçasse a ordem e reclamasse medidas de exceção”².

Promulgada a Carta, o descontentamento de Vargas foi patente. Seitenfus interpreta que, poucas semanas depois, Vargas começou a dar sinais de que iria ignorá-la. [SEITENFUS, 1985, pp. 67 e 68]³. Já Hélio Silva comenta que o presidente pretendia ser o primeiro a revisar a nova Constituição [SILVA, 1969, p.563].

Para piorar, já nos primeiros dias de vigência constitucional democrática eclodiram três greves: dos marítimos, dos bancários e escreventes de cartório. Ainda em setembro de 1934 os telegrafistas se uniram às paralisações e os ferroviários ameaçaram fazer o mesmo. Nessa atmosfera, o presidente tornou a reclamar dos limites à sua ação, impostos pela nova Carta: “(...) parece-me que ela será mais um entrave do que uma fórmula de ação” [VARGAS, 1995, Vol.1, p. 306].

Em agosto do mesmo ano, o *Diário de Notícias* já previa que “com a volta dos exilados [políticos], aumentará a exaltação de ânimos no Rio Grande do Sul”.⁴ Alguns dias depois a Câmara aprovou em última instância a volta dos exilados [SILVA, 1969, p. 40], sem as restrições tentadas por Vargas, e no dia seguinte já desembarcava Artur Bernardes, presidente do Partido Republicano Mineiro, chegado da Europa.⁵

Com o retorno dos exilados, começam as cogitações em torno da formação de um partido nacional para combater o governo, sob a liderança de Bernardes, Epitácio Pessoa, Altino Arantes e Borges de Medeiros. Este último, em visita à capital da República, foi recebido com festas e saudações pela corrente oposicionista.⁶

Em 29 de agosto de 1934, as cogitações se solidificaram com o lançamento do manifesto do novo Partido Nacional Revisionista, oficialmente sob a liderança de Pessoa, Borges e Bernardes. Em tom de revanche e de ataque pessoal, a nota declarava que Vargas

² Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 20/06/1934.

³ Ver também: Frischauer, P. Vargas, um portrait sans retouches, p. 315.

⁴ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 07/08/1934.

⁵ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 12/08/1934.

⁶ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 16 e 22/08/1934.

“excluiu da Assembléia Nacional, que havia de eleger o presidente, os seus adversários mais notórios, suspendendo-lhes os direitos políticos (...), ofendendo gravemente a soberania da nação”.⁷

Atento diante da rearticulação dos ex-exilados, Vargas ainda veio a sofrer com a política gaúcha. A Frente Única daquele estado divulgara, com a assinatura de Lindolfo Collor, Joaquim Osório, Camilo Martins Costa, Alberto Pasqualini e Fay de Azevedo, um manifesto “contra o espírito demasiadamente centralizador da nova constituição”.⁸

Não bastassem as articulações da oposição, a efervescência política do mês de agosto se completou com a crise entre os aliados. O general Daltro Filho, líder do exército da 2ª região, foi demitido depois de Vargas ser sido alertado pelo interventor paulista Armando Salles de que o militar preparava um golpe para assumir a interventoria paulista e trabalhar pela deposição do presidente em prol do general Góis Monteiro.⁹

Contrariado, Vargas continuava a criticar a Constituição, realçando as “dificuldades que terá o governo para dirigir o país com o código elaborado” e nomeando-a “monstruosa” [VARGAS, 1995, Vol. 1, pp. 304, 310, 319 e 320]. Sua secretária particular e filha, Alzira do Amaral Peixoto, concordou com o pai e afirmou que a nova Carta “amarraria as mãos” do presidente [PEIXOTO, 1960, p. 102]

Em 10 de outubro começou a vigorar a nova Lei de Imprensa [SILVA, 1969, p. 105], o que abriu mais espaço para a oposição. Borges de Medeiros exclamou veementemente e em primeira página que “essa ditadura, incapaz e reacionária, só poderá viver pela força e governar pela violência”.¹⁰ O líder gaúcho se aproveitava do momento em que vários interventores do norte-nordeste, regiões em que Vargas contava com apoio maciço [PANDOLFI, 1980, p. 343], recebiam acusações de uma série de arbitrariedades, tais como a censura a jornais, boicote de candidaturas oposicionistas e prisões de inimigos pessoais.¹¹

Outra questão essencial para se compreender o crescimento da tendência golpista de Getúlio foi a votação do orçamento para o ano de 1935. Além do cerceamento de sua ação

⁷ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 29/08/1934.

⁸ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 21/08/1934.

⁹ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 21/08/1934.

¹⁰ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 03/10/1934.

¹¹ São inúmeras as reportagens sobre tais fatos. Um apanhado geral se encontra no dia 09/10. Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 09/10/1934.

política ocasionada pela necessidade de obedecer à nova Constituição, Vargas agora tinha que enfrentar restrições econômicas.

Em 18 de novembro, a imprensa noticiou uma das raras mensagens que o presidente enviara ao congresso “solicitando, quase que num brado de desespero, autorização para praticar todas as operações de crédito, necessárias para cobrir o déficit e regularizar a situação do Tesouro”. Referia-se a um déficit que, segundo o governo, com os novos gastos poderia chegar a 269 mil contos de réis.¹² Vargas afirmou que os gastos previstos não deixavam recursos suficientes para o pagamento da dívida externa e, em 13 de dezembro, vetou o novo orçamento, causando muitos protestos no Congresso.¹³

Pressionado, Vargas temia – ou fingia temer, para justificar o uso de uma eventual medida autoritária – uma conspiração que pusesse fim ao seu governo. Nos últimos meses de 1934, suas preocupações com um possível golpe de Estado pareceram crescer e criaram a justificativa para o trabalho em torno de emendas que fortalecessem o Executivo na Constituição:

Há uma situação política de conspiração franca, parecendo haver duas conspirações paralelas: uma de articulação geral, de preparativos mais demorados, e outra de um golpe na mão, resolvendo-se por atentados pessoais. [VARGAS, 1995, Vol.1, p. 342]

(...) As oposições políticas fazem uma dupla manobra – conspiram com os militares descontentes e fazem *démarches* de conciliação junto ao governo. [VARGAS, 1995, Vol. 1, p. 347]

Nesse contexto, no dia 30 de dezembro de 1934, silenciosamente, foi fundado o “Conselho de Segurança Nacional”, com Vargas presidindo o grupo que contava com todos os seus ministros e a alta cúpula militar.¹⁴ O ano de 1935 começava sob a ocorrência de novas greves – dos marítimos e dos Correios e Telégrafos¹⁵ – e articulações governistas para a aprovação da recém redigida Lei de Segurança Nacional (LSN). Por detrás da justificativa, de combate ao comunismo e às conspirações golpistas, estava a intenção de rasgar a Constituição, frear as pressões do regime democrático e fortalecer o Executivo.

¹² É importante que em 1934 ainda eram sentidos os efeitos da crise de 1929. Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 18/11/1934.

¹³ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 13/12/1934.

¹⁴ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 30/12/1934.

¹⁵ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 04/01/1935.

O *Diário da Noite* ressaltou a preocupação do governo com conspirações, mas alertou para os perigos da LSN: “se torna necessário muito cuidado para evitar que, visando contornar os futuros perigos, se corte fundo demais nas garantias que a democracia liberal oferece (...)”.

¹⁶ Já o *Jornal do Brasil*, em 20 de janeiro, fez ferozes críticas à iniciativa governamental ao dizer que a LSN “(...) não limita campo, nem meio de ação. (...) Proíbe taxativamente greves (...); acaba com a inviolabilidade do lar; permite à autoridade fixar a residência do cidadão; restringe a liberdade de imprensa, bem como a de cátedra” ¹⁷.

As pressões da oposição não tiveram efeito sobre o sentido geral da lei e, em 16 de março de 1935, foi aprovado o regime de urgência para a votação da LSN, estratégia do governo para impedir que a discussão se estendesse por mais tempo. Quatro dias depois ela era aprovada em segundo turno, com somente pequenas modificações. ¹⁸ Carone estranha que a lei tenha sido discutida e aprovada “em tempo recorde” e reafirma os esforços do governo em colocá-la em vigor o mais rápido possível para intensificar a repressão [CARONE, 1975, p. 103].

Bergamini, revoltado, acusou o presidente da Câmara de fraude na votação, dando como exemplo o voto de aprovação contabilizado para o deputado Aleixo Paraguaçu, que nem estava presente na sessão. O ex-interventor do Distrito Federal, em sua explanação, ainda ironizou as declarações do ministro Vicente Ráo que havia elogiado alguns princípios “humanitários” do comunismo, dizendo que tais elogios, se proferidos após a implementação da LSN, resultariam em muitos meses de cadeia ao ministro. ¹⁹ O deputado Acúrcio Torres encerrou as declarações da oposição, afirmando que não se poderia “de agora em diante, sequer pensar; expor o pensamento em reuniões íntimas ou públicas, pelo livro ou pela imprensa”. ²⁰

É fundamental perceber que a Lei de Segurança Nacional passou a vigorar no momento em que as assembleias estaduais ainda começavam a tomar posse, após a demorada apuração do pleito que ocorrera em outubro de 1934. Ou seja, o sistema democrático

¹⁶ Biblioteca Nacional, *Diário da Noite*, 19/01/1935.

¹⁷ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 20/01/1935.

¹⁸ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 20/03/1935.

¹⁹ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 23/03/1935.

²⁰ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 23/03/1935.

codificado pela nova Constituição, em julho de 1933, não estava plenamente assentado e já levava um duro golpe com a aprovação da lei que fortalecia absurdamente o Executivo.

Ao mesmo tempo em que se discutia a Lei de Segurança, Vargas lidava com outro grave problema: a proposta de reajustamento dos salários dos militares. Desde o início da votação do orçamento para 1935, o presidente sofria pressões dos militares em prol de um significativo reajuste no vencimento deles. Tais pressões partiam de diversos postos hierárquicos da corporação, inclusive dos generais. Por sua vez, Vargas afirmava que o aumento cresceria o rombo do orçamento em mais 300 contos de réis, aprofundando o déficit que já estava alto.

Em fevereiro de 1935, a situação se complicou: o ministro da Marinha, Protógenes Guimarães, procurou o presidente com a denúncia de que um levante militar ocorreria sob o pretexto de impedir a LSN e a hipertrofia do Executivo, mas que o real motivo seria a negativa na questão dos salários. O problema dos vencimentos acabou levando a uma outra crise que findou com a permanência de Góis Monteiro no Ministério da Guerra.²¹

São inúmeros os registros do presidente sobre uma possível inconfidência nas Forças Armadas [VARGAS, 1995, Vol. 1, pp. 357, 362, 363, 364, entre outras]. No início de abril Vargas chegou a receber ameaças diretas, como a do General João Guedes da Fontoura, que condicionou a manutenção da ordem no país à aprovação do reajustamento [VARGAS, 1995, Vol. 1, p. 375].

Preocupado, Getúlio Vargas dividia seu temor em duas frentes: observava com atenção o crescimento da oposição parlamentar, ao afirmar que “o resultado da luta política nos estados criava situações delicadas pela quase equivalência das forças”; e criticava os militares, concluindo que o “Exército está fundamente trabalhado por um espírito de indisciplina impressionante” [VARGAS, 1995, Vol. 1, pp. 365 e 385].

²¹ Oficiais da cidade de Cachoeira do Sul, situada no Rio Grande do Sul, interpelaram Góis Monteiro sobre o projeto de aumento do soldo dos militares, que há muito transitava no congresso sem uma definição. Góis Monteiro imediatamente puniu esses oficiais. Flores da Cunha, governador gaúcho e importante articulador político da época, aproveitou essa situação para insuflar os militares a pressionar o governo federal pela demissão de Góis Monteiro do cargo de Ministro da Guerra. Diante de tal situação, Góis Monteiro entregou o cargo em 7 de maio de 1935. Daí em diante as relações entre o ex-Ministro da Guerra e o governador gaúcho, que já eram ruins, pioraram de maneira definitiva. Para mais informações, ver: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, CPDOC - FGV, verbete Flores da Cunha.

Nesse contexto, a aprovação da Lei de Segurança Nacional foi fundamental para que Vargas não somente aumentasse o controle sobre as manifestações populares, os jornalistas e o parlamento, mas também para ameaçar de punição os militares questionadores, já que a nova lei destinava alguns artigos exclusivamente para o “extremismo” dentro das Forças Armadas.²² Satisfeito, Vargas deu uma de suas raras declarações aos jornais, afirmando que a “Constituição de 1934 deixou falhas que a aprovação da LSN sanou, para a manutenção da ordem pública”. Defendeu-se das acusações dizendo ainda que esta “não é uma lei opressora, mas uma lei defensora do Estado e da ordem pública”.²³

E os efeitos da LSN foram imediatos. Já em meados de abril de 1935 a alta cúpula das Forças Armadas se reuniu com Vargas para estabelecer novas diretrizes na dita luta contra os extremismos e, em maio, Felinto Muller já tratava de se colocar em ação, fechando o jornal *A Pátria*, acusado de subversão.²⁴ No dia 28 de junho Muller impediu uma reunião de operários e, em 6 de julho, prendeu dezenas de trabalhadores durante reuniões sindicais – provocando o protesto veemente dos sindicatos, com destaque para a nota lançada pelos bancários aos jornais reclamando que estava sendo “desrespeitado o direito sindical”.²⁵

Em 14 de maio de 1935 Vargas aprovou, finalmente, o aumento dos militares mesmo sendo radicalmente contra, numa manobra clara para acabar de vez com as resistências nas Forças Armadas e assim poder contar com o apoio amplo de seus ministros militares no endurecimento que estava por vir. Porém, na mesma ocasião, Vargas vetou a emenda que estendia o aumento aos funcionários civis, o que deu margem para que a oposição criasse uma grande repercussão sobre esse fato.

A minoria se fortaleceu com esse veto e a imprensa anunciou o “fortalecimento da minoria e a ameaça de cisão na maioria, principalmente nas bancadas dos estados de menor status político”.²⁶

A primeira grande vitória oposicionista ocorreu alguns dias depois, em 3 de julho, quando foi rejeitado o veto do presidente a um dispendioso projeto de combate à seca do

²² “A LSN teve como um dos seus principais objetivos combater o extremismo dentro das Forças Armadas (...), o comunismo dentro das fileiras do Exército”. Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 05/04/1935.

²³ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 04/05/1935.

²⁴ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 05/05/1935.

²⁵ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 28/06/1935 e 06/07/1935.

²⁶ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 31/05/1935.

nordeste. Nesse contexto, em 7 de julho, assumiu sua cadeira no parlamento o agora deputado Borges de Medeiros, segundo colocado nas eleições presidenciais e um dos ícones da oposição, se juntando a Sampaio Corrêa, Mangabeira e Bernardes na frente anti-Vargas.

Ainda em julho de 1935 o governo fechou a Aliança Nacional Libertadora (ANL), para alegria de Vargas, que a repugnava,²⁷ e para crítica da oposição, que pediu, em documento oficial, provas concretas ao governo de que a ANL significava realmente uma ameaça e cobrou o porquê do mesmo procedimento não ser adotado em relação à Ação Integralista Brasileira.²⁸

Nesse ínterim, em seu diário, Vargas aumentou as críticas à Câmara, à Constituição e ao rumo dos acontecimentos políticos, concluindo ter sido “precipitada a volta do país ao regime constitucional” [VARGAS, 1995, Vol. 1, p. 416].

De julho a novembro ocorreu o paulatino crescimento da oposição, decorrente principalmente da presença de Borges de Medeiros, que discursava semanalmente criticando e acusando o governo. Vargas se preocupava cada vez mais com a política parlamentar e, através das informações recebidas pelo Departamento Especial de Segurança Política e Social (DESPS) [PACHECO, 2009], percebia que o momento político conturbado poderia ser aproveitado para a eclosão de um movimento armado para derrubá-lo.²⁹

Em 21 de agosto, em um longo registro em seu diário, o presidente se exaltou diante da acusação feita por Borges de Medeiros de que o governo estava realizando gastos excessivos. Vargas afirmou que “a tendência do desperdício vem exatamente do Legislativo, para favorecer a clientela local”. Em seguida, Vargas fez uma ode ao período ditatorial,

²⁷ Em seu diário, Vargas criticou inúmeras vezes a ANL. Só para citar as críticas imediatamente anteriores ao fechamento: em 17/06, chama a ANL de “movimento comunista disfarçado”; em 22/06, diz que a ANL tem um “plano comunista para a América do Sul”; e salienta a vontade de combatê-la nos dias 1º, 3, 4 e 7 de julho.

²⁸ Requerimento enviado ao governo pelo deputado Domingos Velasco.

²⁹ É imprescindível ressaltar a grande importância do DESPS. O Departamento Especial de Segurança Política e Social era dividido em três setores: o de informação, o de averiguação e o de eliminação. O primeiro colhia informações sobre os investigados, o segundo verificava a veracidade das mesmas e o terceiro agia a fim de prender o envolvido, fechar a agremiação possivelmente subversiva ou quaisquer outras ações com o fim de solucionar o problema. Dentre os relatórios observados pelo DESPS há praticamente a mesma quantidade de averiguações em relação aos integralistas e comunistas, o que prova que, embora Vargas se preocupasse mais com os “vermelhos”, o DESPS espionava – era exatamente essa a palavra usada nos relatórios – os dois grupos com igual preocupação. Para mais informação sobre a ação da DESPS no período de 1934 e 1935 e, principalmente, durante o Estado Novo, ver: PACHECO, Thiago da Silva. “Os agentes da DESPS e sua atuação no Estado Novo”. *IV Semana de História Política / I Seminário Nacional de História: Política e Cultura & Política e Sociedade. Anais*. Programa de Pós Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

dizendo que “o primeiro ano da ditadura, 1931, foi um ano de rigorosa economia (...). Esse golpe inicial nos abusos e despesas precisaria de pelo menos três anos para alcançar os resultados (...). Infelizmente, não foi possível (...)” [VARGAS, 1995, Vol. 1, p. 416].

Terminava seu comentário mais uma vez considerando a reconstitucionalização “apressada” e “precipitada” e reafirmando que somente a ditadura poderia manter os gastos sob controle por estar acima de “peias políticas” [VARGAS, 1995, Vol.1, p. 417]. Tal declaração convenceria apenas ao observador ingênuo que crese que no Governo Provisório não existisse as tais “peias políticas”, ou seja, acordos, clientelas políticas e gastos com aliados do governo.

Entrementes a crise política se mantinha. Após uma sucessão de enfrentamentos com o governador gaúcho Flores da Cunha, o presidente se irritou com a pressão exercida por Flores da Cunha na política nacional, principalmente no caso da sucessão fluminense³⁰, o que culminou com o rompimento entre os dois [VARGAS, 1995, Vol. 1, pp. 435 e 444]. Este fato foi anunciado com grande alarde pela imprensa.³¹ O governador gaúcho chegou a chamar Vargas de “terceiro imperador” [LEVINE, 2001, p. 67] e se tornou um desafeto bastante incômodo.

Em novembro de 1935, a oposição crescia e acreditava contar com mais de 100 votos certos nas próximas votações parlamentares. Os discursos nas plenárias questionavam a capacidade de Vargas em resolver os problemas urgentes da nação e Flores da Cunha procurava já iniciar os debates em torno da próxima sucessão presidencial.

A oposição obteve vitórias, aprovando uma série de medidas orçamentárias que aumentavam os gastos para 1936, levando Vargas a vetar “diversas disposições do orçamento, causando desconforto inclusive dentro da bancada aliada”.³² Vargas se defendeu dizendo que “a irresponsabilidade e os interesses regionais” agravavam o déficit. Disse inclusive que queria vetar outras disposições e que não o fez para “não perturbar mais o exame do

³⁰ Cristóvão Barcellos e Protógenes Guimarães disputaram a eleição indireta para o governo do estado do Rio de Janeiro, em 1935. O segundo foi eleito, em 25 de setembro de 1935, mas Barcellos e seus aliados não aceitaram a derrota e tumultuaram o legislativo fluminense, acarretando uma crise que só se resolveu em novembro, quando a vitória de Guimarães foi ratificada. Flores da Cunha apoiou Barcellos, irritando o presidente Getúlio Vargas, partidário da manutenção da vitória de Protógenes Guimarães. Para mais informações, ver: Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, de setembro a novembro de 1935.

³¹ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 21/11/1935.

³² Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 14/11/1935.

orçamento”, mas que tinha “o pensamento reservado de não executar” [VARGAS, 1995, Vol. 1, p. 438].

Já os governistas se cindiam após embates e disputas por espaço político. Havia uma ampla disputa pela liderança da bancada do governo e, diante da falta de um nome unânime, acabavam sendo criadas correntes dissidentes. Em 23 de novembro, o deputado Raul Fernandes, líder do governo na Câmara, reconheceu sua falha em manter concisa a frente governista e se afastou da liderança da bancada, dando lugar ao deputado Pedro Aleixo.

No dia seguinte a oposição fez um incisivo ataque: o deputado Otávio Mangabeira afirmou que a crise política pedia “um nome novo que agregue maioria e minoria” e que com “Getúlio Vargas, nada se poderá fazer. Ele não desperta mais esperanças. O Brasil não suporta dois quadriênios de um mesmo homem”.³³

Desde o segundo semestre de 1934 os confrontos políticos já haviam entrado em franco processo de radicalização, alimentados pelas eleições de outubro de 1934, pela formação da Aliança Nacional Libertadora e pelo enorme crescimento da Ação Integralista Brasileira [TRINDADE, 1979; ARAÚJO, 1988]. A resistência ao enquadramento sindical continuou forte em estados como São Paulo e a repressão policial dirigida especialmente aos sindicatos livres aumentava, demonstrando a efervescência do clima político da época. Gomes confirma que a violência dos enfrentamentos políticos não diminuía durante o governo constitucional; muito ao contrário, “ampliou-se e aprofundou-se ainda mais envolvendo chefes militares, interventores federais, parlamentares, ministros e militantes políticos de direita e de esquerda” [GOMES, 1980, p. 37].

Nesse contexto, a “Intentona Comunista” [SILVA, 1980] apareceu como uma tábua de salvação para o presidente. Robert Levine é duro com os militantes de esquerda ao analisar esse período. Segundo ele, os eventos de novembro de 1935 “ilustram a penosa ingenuidade da esquerda latino-americana durante esses anos, uma condição que resultou na prisão ou morte de milhares de simpatizantes bem-intencionados que seguiam ordens ou foram surpreendidos pelos acontecimentos”. O brasilianista define a “Intentona” como “uma insurreição malfadada e quixotesca, a qual deu a Vargas o pretexto para impor a lei marcial”. [LEVINE, 2001, pp. 49 e 70].

³³ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 24/11/1935.

José Nilo Tavares acrescenta que em 1935 a tomada do poder pela esquerda “não era uma ameaça factível” e que os integralistas tinham “muito mais condições” de conseguirem tal objetivo [TAVARES, 1991, p. 77].

Vargas sabia da ocorrência do levante comunista e sabia também que, embora organizada, a Aliança Nacional Libertadora não tinha condições de obter uma vitória nacional. O presidente fora avisado do levante na capital pelo prefeito Pedro Ernesto³⁴ e tinha informações detalhadas provenientes do DESPS [PACHECO, 2009]. Talvez o único detalhe que lhe faltava era o dia exato da deflagração do evento. Ele tinha plena consciência de que a ocorrência do levante fortaleceria o Executivo. Já no dia 27 de novembro, após os eventos em Natal e Recife, Vargas comentava que deputados e senadores foram prestar solidariedade a ele, dando-lhe “a impressão de que o prestígio do governo havia crescido”. [VARGAS, 1995, Vol. 1, p. 447].

O governo e seus aliados passaram a adotar um discurso unitário lançando à sociedade o medo da ocorrência de um novo movimento armado liderado por comunistas. O Ministro da Guerra, João Gomes, reclamou que Constituição atrapalhava a punição e protegia os revoltosos. [SILVA, 1970, p. 88].

Esse medo criado invadiu também o Legislativo, que temia não exatamente a deflagração de um novo levante, mas a perseguição do governo caso se negasse a apoiar as medidas punitivas. Aproveitando-se do momento, Vargas afirmou que “só seria possível punir os responsáveis pela Intentona suspendendo parcialmente os efeitos da Constituição”, já que ela “não permite várias medidas aconselhadas” para o momento [VARGAS, 1995, Vol.1, p. 449].

Góis Monteiro chegou a propor, mais uma vez, um golpe de Estado [SILVA, 1970, p. 92]. Porém, satisfeito com os acontecimentos, Vargas preferiu manter seu governo sob a fachada do regime democrático [VARGAS, 1995, Vol.1, p. 450], embora a reforma da LSN tenha estabelecido, de fato, o recrudescimento do autoritarismo. A vitória folgada na votação

³⁴ Carta de Pedro Ernesto ao presidente da República, anexa aos autos do processo enfrentado pelo prefeito. CPDOC – FGV, Arquivo Pedro Ernesto. Na carta, Pedro Ernesto se defendia das acusações de ser comunista afirmando ter sondado os comunistas no intuito de espioná-los e informar ao presidente dos planos insurreccionais. Tal afirmação foi confirmada pelo ex-ministro Antunes Maciel e pelo então tenente-coronel Zenóbio da Costa. CPDOC - FGV, Arquivo Pedro Ernesto, rolo 1, fot. 596 e 597.

da reforma dessa lei, em 18 de dezembro, assegurou a Vargas a possibilidade de punir mais severamente militares e civis, inclusive com a demissão de seus respectivos empregos.

Para Carone, o “jogo do governo era levar a repressão a um impasse, ressaltando a necessidade de medidas legislativas que o tornasse livre para agir”. Dessa forma, obteve a reforma da LSN “sem estudo ou discussão” da mesma [CARONE, 1975, pp. 110 e 112].

O presidente conseguiu a equiparação do Estado de Sítio ao Estado de Guerra e a prorrogação deste por 90 dias, com a alternativa de renovações intermináveis por igual período.³⁵ Dessa forma, a crise política foi esquecida e o Legislativo se limitou a discutir assuntos técnicos que não prejudicassem ou interferissem na política de repressão.

Após o levante da Aliança Nacional Libertadora, Vargas sondou as Forças Armadas por intermédio do ministro Macedo Soares e obteve dele a certeza da “impressionante uniformidade de opinião: quase todos contrários à democracia liberal” [McCANN, 2007, p. 432]. Tinha assim o apoio almejado para recrudescer o autoritarismo no país.

Dessa forma, o processo democrático – iniciado em 1933 graças à pressão exercida pela revolta de São Paulo –, que já havia sofrido um duro golpe com a aprovação da Lei de Segurança Nacional, em 4 de abril de 1935, teve seu fim após o levante comunista, que foi superdimensionado para justificar a hipertrofia do poder do presidente.

No final de novembro de 1935 as esperanças democráticas se encerraram: os inimigos do governo foram novamente presos ou obrigados a deixar o país³⁶, e a ditadura retornou. “Vargas usou as insurreições para encerrar de vez a Constituição de 1934 e acabar com qualquer possibilidade de exercício da democracia representativa” [LEVINE, 2001, p. 70].

Levine reforça a vitória do autoritarismo sobre a democracia embrionária, afirmando que, a partir de novembro de 1935, “Vargas governou por decreto. O poder do Congresso era quase nulo, e não havia um judiciário independente.” [LEVINE, 2001, p. 67]. Já Gomes encurta o período democrático para alguns meses antes, ao afirmar que a Constituição

³⁵ Biblioteca Nacional, *Diário de Notícias*, 21/12/1935.

³⁶ A partir de dezembro de 1935 aumentou a perseguição aos comunistas. Dezenas de pessoas foram perseguidas e acusadas de participação nos levantes de novembro. Foi o momento certo para que o governo calasse a oposição e afastasse os adversários políticos. Sobre o início dessa perseguição, ver: Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, dezembro de 1935 e janeiro de 1936. Para detalhes sobre os resultados políticos da “Intentona”, ver Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, CPDOC – FGV, verbete “Revolta Comunista de 1935”. Para informações sobre os processos que foram instalados contra os supostos participantes desse evento, ver Arquivo Nacional, fundo Tribunal de Segurança Nacional.

“praticamente deixou de existir com a aprovação pelo Congresso, em abril de 1935, da LSN.”
[GOMES, 1980, p. 37]

O Legislativo nada mais pôde fazer a não ser assistir e aplaudir um presidente que governava sob a égide do medo e que voltaria a evocá-lo para impedir as eleições presidenciais previstas para 1938.

Curiosamente, foi justamente no período constitucional em que foram criados os meios para o golpe de 1937: a aprovação da LSN, a ampliação do Estado de Sítio e a equiparação deste ao Estado de Guerra. A experiência democrática malfadada ajudou Vargas a criar os mecanismos para permanecer no poder durante muitos anos mais.

Mais curioso ainda é perceber que, segundo McCann, a Constituinte havia lutado para manter na Carta de 1934 uma cláusula que dava aos militares a possibilidade de desobedecer ao presidente caso julgassem haver alguma ilegalidade em seu governo. A intenção seria ter os militares como aliados do Legislativo contra a hipertrofia do Executivo [MCCANN, 2007, p. 427]. Pois o plano dos constituintes não só deu errado, como ocorreu o oposto: foram justamente os militares que se tornaram o principal apoio para o aumento do autoritarismo, a partir de dezembro de 1935, e para o golpe do Estado Novo.

O Estado Novo, uma ditadura reconhecida pela historiografia, pouco se difere do período de 1935 a 1937. O hiato, de 1933 a 1935, foi um período em que a democracia bateu à porta do Brasil, mas não conseguiu entrar.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana. 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

BEIRED, José Luís Bendicho. *Sob O Signo Da Nova Ordem: Intelectuais Autoritário no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Loyola.

BOBBIO, Norberto e outros. *Dicionário de Política*. Coord. da tradução: João Ferreira. 4ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

BOMENY, Helena, “O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante”. In: Gomes, Angela Maria de castro. *Regionalismos e Centralização política – partidos e constituinte nos anos 30*. Nova fronteira. Rio de Janeiro, 1980.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil* Rio de Janeiro, Jorge Zahar: 2005.

CASTRO, Maria Helena de Magalhães. “A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 1930”. In: Gomes, Angela Maria de castro. *Regionalismos e Centralização política – partidos e constituinte nos anos 30*. Nova fronteira. Rio de Janeiro, 1980.

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, de 16 de julho de 1934.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIBLIOGRÁFICO BRASILEIRO, CPDOC – FGV.

DUARTE DA SILVA, Luiz Sérgio. *O enigma dos anéis e dos dedos – discurso e política liberal nos anos 1930*. Goiânia: Editora UFG, 1996.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III – O Brasil Republicano*. 9ªEd. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FERREIRA, Maria de Moraes. “A Reação Republicana e a crise política dos anos vinte.” In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n.º 11, 1993, pp. 9-23.

FRISCHAUER, Paul. *Getúlio Vargas: Un portrait sans retouches*. Rio de Janeiro: Americ-Editora, 1944.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 15ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1977.

GAGLIETTI, Mauro José. *Dyonélio Machado e Raul Pilla: médicos na política*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

GERTZ, René E. “Estado Novo: Um Inventário Historiográfico”. In: SILVA, José Luiz Werneck da. *O Feixe e o Prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

- GOMES, Ângela Maria de Castro. (coord.) *Regionalismo e Centralização nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- HILTON, Stanley E. *O Brasil e a crise internacional 1930-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- JARDIM, Zélia. *Confrontos regionais e Estado sucessório (1934-1937)*. FGV/CPDOC, 1976. Mimeografado.
- LEVINE, Robert M. *O Regime de Vargas. Os anos críticos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- _____. *Pai dos pobres. O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- LINHARES, Maria Yedda (org). *História Geral do Brasil*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góis. *A Revolução de 1930 e a finalidade política do Exército (Esboço Histórico)*. Rio de Janeiro: Adersen, 1934.
- MOURELLE, Thiago Cavaliere. *O Trabalhismo de Pedro Ernesto – limites e possibilidades no Rio de Janeiro dos Anos 1930*. Curitiba: Juruá, 2010.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. “A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político”. In: GOMES, Ângela Maria de Castro. (coord.) *Regionalismo e Centralização nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Rio Grande do Sul: Editora Globo, 1960.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1970.
- PRADO KELLY, José Eduardo. Octávio Mangabeira, parlamentar. In: *Um praticante da democracia: Octávio Mangabeira*. Salvador: Conselho Estadual de Cultura da Bahia, 1980.
- REIS, Daniel Aarão e FERREIRA, Jorge. *História das esquerdas no Brasil*. 3 v. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- SANDES, Noé Freire. *O tempo revolucionário e outros tempos: o jornalista Costa Rego e a representação do passado (1930-37)*. Goiânia: Editora da UFG, 2012.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Paradoxos do liberalismo: teoria e história*. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

SEITENFUS, Ricardo A. Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos: 1930-1942*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

SILVA, Hélio. *1934 – A Constituinte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

_____. *Todos os golpes se parecem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

TORRES, Alberto. *A Organização Nacional*. São Paulo: Editora Nacional, 1978. 3ª Ed.

_____. *O Problema Nacional Brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1914.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1995. Vol. 1.

VIANA, Francisco José Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Record, 1974. 3ª Ed.

_____. *Populações Meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: EdUFF, 1987. Vol. 1. 7ª Ed.

VIANNA, Marly. *Pão, Terra e Liberdade: memória do movimento comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1995.

FONTES

Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional.

Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira.

Site: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

Periódicos pesquisados:

Jornal do Brasil

Jornal do Comércio

Correio da Manhã

Diário Carioca

Diário da Noite

Diário de Notícias

O Globo.

Diários do Poder Legislativo. Anos 1934 e 1935. Coleção “Diários da Câmara dos Deputados”. Acessível em http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp

IBGE. Acessível através do site <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos>

Site do Tribunal Superior Eleitoral: <http://www.tse.jus.br/jurisprudencia/julgados-historicos/cancelamento-de-registro-do-partido-comunista-brasileiro>

Manifesto de Luís Carlos Prestes, lido na reunião da Aliança Nacional Libertadora em 05/07/1935: <http://www.marxists.org/portugues/prestes/1935/07/05.htm>